



VIOLÊNCIA URBANA: uma análise seniana da região metropolitana do Rio de Janeiro

Fernanda Cavalcante Rangel

Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Doutoranda em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas
nandavetra@hotmail.com

Victor Cosenza dos Santos Pereira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Mestre em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas
victorcosenza@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

A violência urbana é preocupante em todas as cidades do mundo. O Rio de Janeiro é mundialmente conhecido por sua beleza, mas também por sua violência. A sede dos Megaeventos teve seus dias de glória, com baixa criminalidade, mas passados os eventos a sensação dos moradores é de insegurança crescente.

A criminalidade diminui a liberdade dos indivíduos de ir e vir, mas também a liberdade seniana no sentido de preservação física, social e intelectual. Em uma situação de violência por agressão, por exemplo, o indivíduo pode sofrer tanto uma privação física quanto uma privação intelectual e social. Essas privações são ligadas ao evento violento e entre si pois, além do indivíduo sofrer fisicamente a agressão, ele pode também sofrer de doenças psíquicas pós-traumáticas, como a síndrome do pânico, associadas ao evento original. Por fim, tais doenças psicossomáticas podem impedir sua participação em debates sociais que lhe dizem respeito, caracterizando assim a privação social (SEN, 2010). Os efeitos da violência urbana são multifocais e afetam os indivíduos privando-os de várias formas de liberdade.

Fato é que a criminalidade está relacionada com o local em que ela ocorre. Mas o ponto nevrálgico dessa relação é como ela ocorre e quais fatores a influenciam.

Segundo Storper e Venables (2005), o burburinho, o fluxo de informações são fatores aglomeradores associados à renda da terra. Locais com maior fluxo de informação são também os de maior renda da terra. Esses locais centrais são aqueles que ofertam serviços de melhor qualidade aos seus moradores, incluindo educação e



policciamento. Locais centrais são menos violentos e os indivíduos que o ocupam são mais livres para viver o tipo de vida que valorizam.

2 – OBJETIVOS

O objetivo geral do artigo é compreender quanto a localização da população afeta a violência urbana, cuja *proxy* é a quantidade de homicídios e suas características sociológicas. Para tanto, será feita uma análise dos homicídios por agressão com os dados do DATASUS (2017) para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O homicídio é considerado uma *proxy* da violência urbana por privar plenamente o ser humano da vida. A Região será analisada por grupos de cidade definidos por análise de cluster. Feito isso, os grupos serão analisados conforme as características dos óbitos e se eles variam de acordo com o grupo. Identificadas as privações das vítimas, serão analisadas possíveis formas de mitigá-las.

3 – METODOLOGIA

Os dados utilizados para analisar a violência urbana são os dados de homicídios contidos na classificação do Título I da Parte Especial do Código Penal brasileiro, porém não incluem o aborto e a lesão corporal. Foi usado apenas o homicídio, pois esta é uma privação absoluta da liberdade do indivíduo que morre e este tipo de privação afeta a comunidade onde ele ocorreu. Nesse sentido, o homicídio é a forma última de violência urbana por privar plenamente a vítima de suas liberdades e por causar temor maior na local de ocorrência do que um roubo, por exemplo. Apesar do aborto também ser uma privação absoluta, ele não seria considerado violência urbana nos termos aqui tratados pois ele não é notificado na comunidade como um homicídio e não gera medo na sociedade no entorno uma vez que não oferece risco aos já nascidos.

Os dados referentes aos homicídios foram obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), o qual pode ser considerado da melhor qualidade disponível, principalmente quando se trata de informações sobre mortes não naturais. Estes tipos de mortes sofrem uma investigação que procuram garantir a exatidão das causas do óbito (CERQUEIRA, 2010) e devido à gravidade do



tema, também não apresentam problemas significativos de subnotificação (CERQUEIRA, 2010; WAISELFISZ, 2011). No entanto, há de se ressaltar a possibilidade de erros e omissões no processo de esclarecimento da causa de morte, assim como a possibilidade de mortes não notificadas, por menos provável que sejam.

O SIM/MS como os demais sistemas do Ministério da Saúde é disponibilizado digitalmente pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Esse departamento utiliza os códigos constantes da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) para fins de padronização de seus sistemas. O CID-10 é organizado em capítulos que, por sua vez, reúnem informações organizadas em agrupamentos, categorias e subcategorias. O capítulo XX da CID-10 elenca as causas externas de morbidade e de mortalidade, distribuídas em conjuntos de categorias relacionadas a acidentes, lesões autoprovocadas intencionalmente, agressões, intervenções legais, dentre outras. Esse capítulo ainda classifica tais óbitos de acordo com a intenção, seja acidente (sem intenção de matar), homicídio (com intenção de matar), lesão autoprovocada (com intenção de se matar), intervenções legais ou operações de guerra (similar à excludente de ilicitude auto de resistência), dentre outros. A *proxy* para homicídios considerada nesta pesquisa é construída a partir dos dados do agrupamento Agressões do CID-10.

No entanto, essa base de dados funciona sob a ótica epidemiológica e, portanto, registra os óbitos por agressões de causas externas (homicídios) sem considerar a tipificação do código penal e a conclusão do respectivo processo penal. Sendo assim, a quantidade de homicídios informados pelo SIM/DATASUS pode não ser exato, uma vez que algumas mortes podem apresentar excludentes de ilicitude¹ e não constituírem crime.

Feitas as devidas considerações sobre a base de dados, serão tecidas algumas explicações sobre a metodologia utilizada. A evolução dos dados agregados na esfera estadual foi compilada em gráficos usando séries históricas do período de 1996 a 2014. Com o fim de analisar os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro foi feito um agrupamento por similaridade desses municípios usando análise de cluster. Os

¹ O DATASUS considera os óbitos por agressão como homicídios, pois são excluídas as lesões devidas a intervenção legal e operações de guerra (causas similares ao auto de resistência).

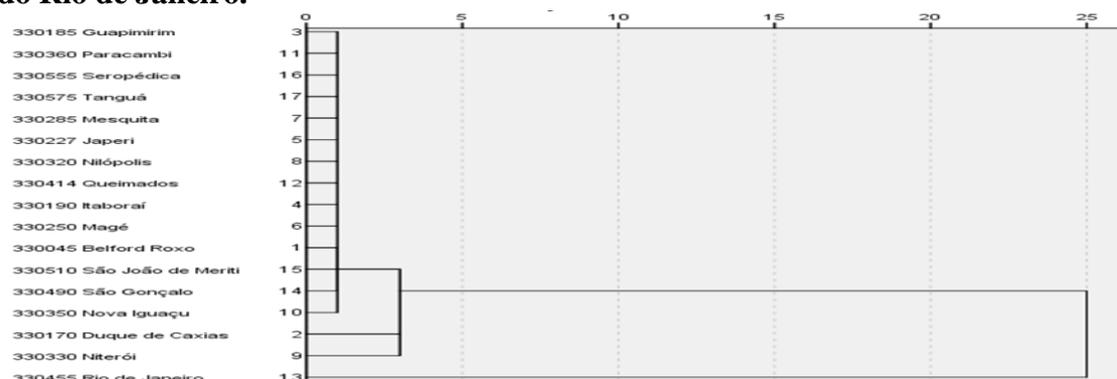
grupos obtidos na análise de cluster serão usados para compreender as características dos homicídios em cada grupo e como isso afeta a dinâmica local.

4 - RESULTADOS PRELIMINARES

A região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) representa 18% dos municípios do Estado e é responsável por 22% das mortes por homicídio. Com o intuito de captar as especificidades locais foi feita uma desagregação por municípios. Os municípios da região foram agregados conforme as características dos homicídios e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita a preços correntes.

O Dendograma abaixo mostra os três grupos criados pela análise de cluster. O Grupo 1 (G1) composto apenas pela cidade do Rio de Janeiro é o que mais difere dos demais municípios da RMRJ, fato que faz com que seja analisado separadamente. O Grupo 2 (G2) é composto por Duque de Caxias e Niterói sendo o principal fator de similaridade o PIB per capita. O Grupo 3 (G3) é composto pelos demais municípios da região, quais sejam: Nova Iguaçu, Queimados, Nilópolis, São Gonçalo, Paracambi, Guapimirim, Itaboraí, São João de Meriti, Seropédica, Belford Roxo, Tanguá, Magé, Mesquita e Japeri.

Figura 1- Dendograma de similaridade dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: Os autores. SIM/ DATASUS, 2017.

A partir do Dendograma, as características dos homicídios são separadas pelos grupos a fim de perceber dissimilaridades entre eles. Essa análise foi feita com base na média dos anos de 1997-2010 (Período 1) e na média dos anos de 2011-2014 (Período

2). A série temporal foi separada principalmente por causa da variável escolaridade que ficou mais acurada depois da mudança metodológica² (CGIAE, 2011).

Ao analisarmos homicídio por gênero percebemos que os três grupos apresentaram mesmo percentual de homicídios com vítimas masculinas, em média 91%. A uniformidade dessa vitimização explicita a vulnerabilidade do homem à violência urbana, confirmando que há prevalência de mortes por homicídio entre homens quando comparado aos homicídios de mulheres.

Se mudarmos o prisma de análise das vítimas para uma análise étnica percebemos que o senso comum mais uma vez se confirma, isto é, há prevalência do perfil não-branco³ dentre os óbitos por homicídio. Outra percepção possível de se ter por meio dessa análise é a diferença de tendências das mortes de indivíduos brancos e não brancos ao longo do tempo. No Período 1, a média de homicídios para o G1 é de 57% de não-brancos enquanto que no Período 2 é de 66%. No G2 a média é de 68% de não brancos no primeiro período e no segundo ele aumenta para 77%. Já no G3 essa média também aumenta de 66% para 72% nos dois períodos. Por outro lado, a média de homicídios de pessoas brancas no período de 1997 a 2010 é maior do que a mesma média no período subsequente. Dessa forma, fica evidente a tendência decrescente do perfil de óbito de brancos e a tendência crescente do perfil de óbito de não brancos.

Ressalta-se ainda, o volume acentuado de cor ignorada no G1 em comparação aos demais grupos, o que pode ser explicado pela sua maior incidência de homicídios e a consequente dificuldade de cadastramento dos óbitos, em média 10% de dados de cor ignorados enquanto nos G2 e G3 a variável ignorada está em torno de 2%.

Para analisar a escolaridade foi feito um agrupamento de anos de educação formal em que os números indicam os anos estudados pela vítima. A partir dessa análise foi revelado que a educação formal tem relação inversa com os homicídios, uma vez que o perfil de óbitos com escolaridade superior a sete anos é inferior à escolaridade de zero a sete anos. Nessa análise destaca-se o G3 pela extrema disparidade entre as escolaridades. Este grupo contém cerca de 66% das vítimas com escolaridade de zero a

² De acordo com a Coordenação Geral de Informações e Análise Epidemiológica (CGIAE) a alteração do questionário não afetou a quantidade de homicídios pós-2011, de modo que a tendência de queda de homicídio do período não se deu por causa da mudança de metodologia (CGIAE, 2011). No entanto Cerqueira (2010) afirma que a diminuição do número de homicídios é paralela ao aumento das mortes por causa indeterminadas neste Estado, o que indica uma perda de qualidade na base de dados.

³ A variável não-branco é uma agregação de negro, pardo, amarelo e indígena.



sete anos enquanto que 22% dos óbitos estudou oito ou mais anos. Para os G2 e G1 a média é de 58% de vítimas estudou de zero a sete anos e 29% estudou oito ou mais anos. Ressalta-se ainda o acentuado nível de escolaridade ignorada em todos os grupos e em especial no período de 1997 a 2010, em que a média de ignorados era de 35%. Por isso utilizaram-se os dados do segundo período, no qual a média dos *missings* baixou para 13%.

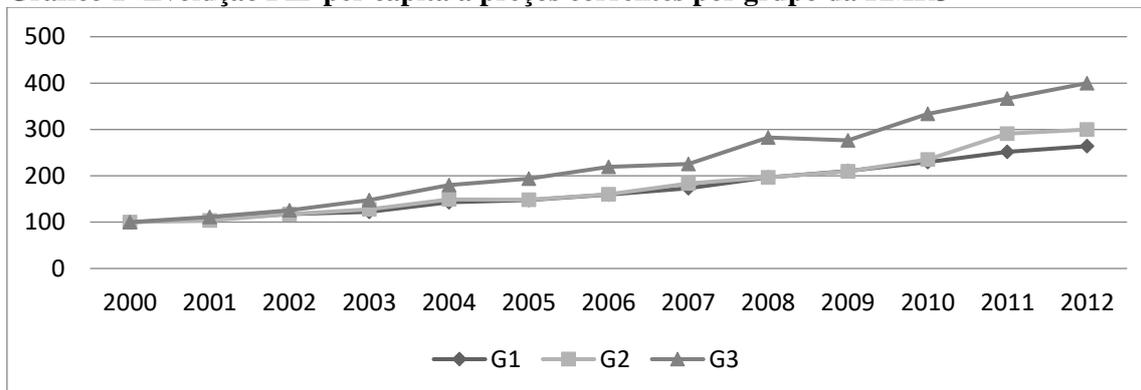
Ao observarmos a parte econômica dos grupos por meio do PIB per capita tendo como 2000 o ano base, percebe-se que os três grupos tiveram um crescimento nesta variável. Todavia, o G3, composto por municípios menos desenvolvidos, cresceu a um ritmo mais acelerado. Tal fato parece estar de acordo com a teoria neoclássica, que afirma existir uma tendência de redução das disparidades regionais no sentido de que os municípios menos desenvolvidos crescem a taxas maiores do que os desenvolvidos. Não obstante esse crescimento maior que os G1 e G2, o G3 permanece periferia desses municípios centrais e possivelmente continuará sendo a não ser que alguma variável externa mude a trajetória histórica da região (MYRDAL, 1968).

Comparando o Gráfico 1 com a escolaridade por grupo, observamos que o G3 é composto por indivíduos com renda crescente, mas baixa escolaridade. Vale lembrar que renda crescente não significa que a renda do G3 se igualou ou ultrapassou a renda dos demais, apenas que teve crescimento maior em termos relativos, não absolutos.

Destarte, Batella e Diniz (2010) afirmam que há uma relação entre educação formal e criminalidade que ocorre de duas formas: direta ou indireta. A primeira é dada pela maior inclinação que os “indivíduos detentores de baixos níveis educacionais apresentam em recorrer à violência física para mediar conflitos e desavenças pessoais” (BATELLA; DINIZ, 2010, p.154).

Por sua vez, a segunda forma é explicada pela relação entre baixos níveis educacionais e a dificuldade de acesso à renda, o que liga indiretamente a educação formal à conclusão dos autores de que “os crimes contra a pessoa tendem a ser mais presentes em áreas economicamente mais deprimidas” (BATELLA; DINIZ, 2010, p.161).

Gráfico 1- Evolução PIB per capita a preços correntes por grupo da RMRJ



Fonte: Os autores. SIM/ DATASUS, 2017.

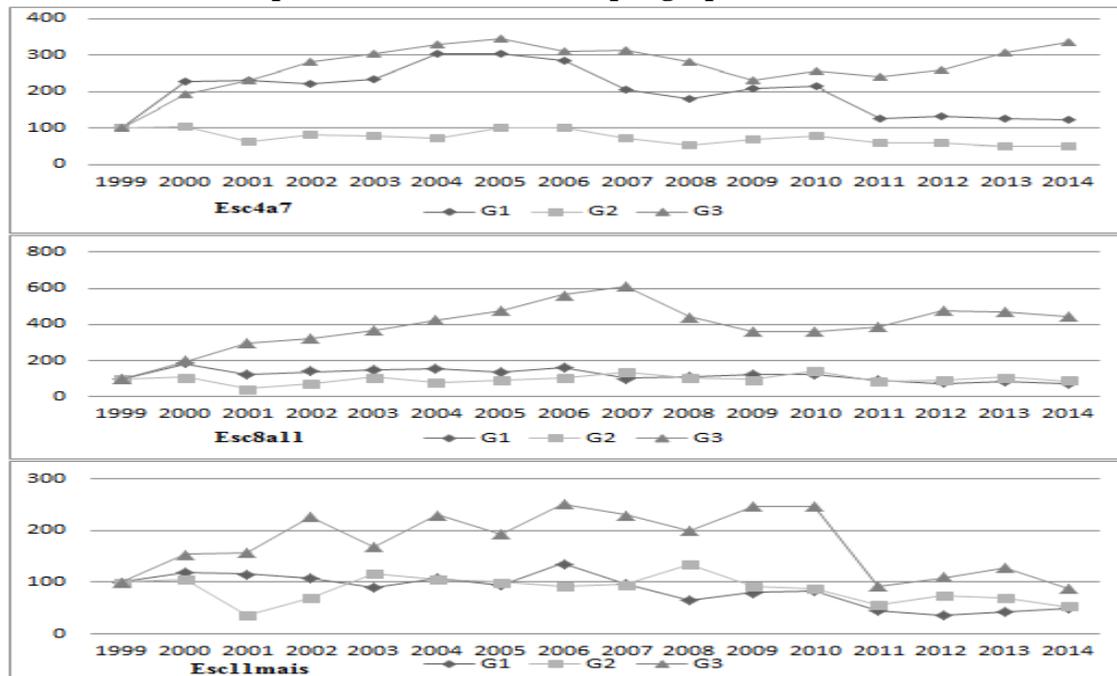
A variável escolaridade é a variável mais frágil dentre as escolhidas por conter muitos *missings*. Dessa forma, a série histórica utilizada no Gráfico 2 começa em 1999 quando há uma significativa melhora na qualidade dos dados, seguida de outra melhoria em 2011.

Se compararmos o número de homicídio dos três grupos com as três faixas de escolaridade percebemos claramente que a criminalidade se reduz conforme o aumento dos anos de escolaridade. O G1 tem cinco vezes mais vítimas na faixa de escolaridade de quatro a sete que na faixa de onze a mais. Para a faixa de oito a onze o mesmo grupo apresenta três vezes mais vítimas que na faixa de onze a mais. Os Grupos 2 e 3 têm treze vezes mais vítimas na faixa de quatro a sete anos de escolaridade que na faixa de onze ou mais anos. Os Grupos 2 e 3 são quatro e cinco vezes respectivamente mais homicídios nas faixas de oito a onze que na onze ou mais.

No Gráfico 2 observa-se que a variável Esc4a7 para o G2 manteve a mesma tendência ao longo da série histórica, enquanto G1 teve tendência de queda e G3 teve uma leve queda em 2009 e depois voltou a ter aumento de homicídios nessa faixa de escolaridade.

Na variável Esc8a11 G1 e G2 têm comportamento estável. Por sua vez G3 tem um pico em 2007 e depois segue tendência de queda com leve flutuação em 2012. Na variável Esc11mais ocorrem as maiores flutuações, mas com tendência de queda para os três grupos.

Gráfico 2- Homicídio por anos de escolaridade e por grupo da RMRJ



Fonte: Os autores. SIM/ DATASUS, 2017.

Nota: Dados em base fixa, 1996 = 100.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sen (2010) afirma que a liberdade deve ser valorizada porque ela é o fim e o meio do desenvolvimento. Porém, várias são as maneiras de se privar a liberdade. A pobreza é encarada como um tipo de privação da liberdade, e esta não representa apenas a falta de renda. A falta de renda é uma das privações de liberdade.

A liberdade é composta pelas liberdades substantivas e pelas liberdades instrumentais. As liberdades substantivas, por sua vez, incluem as capacidades elementares como evitar a fome e morte prematura, por exemplo. Já o papel da liberdade instrumental está ligado aos diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos que expandem a liberdade humana de modo geral. A eficácia da liberdade é definida pela capacidade de uma liberdade poder expandir outra(s) liberdade(s) de modo que existe uma interrelação entre as liberdades que promovem a expansão umas das outras. A liberdade instrumental é o meio pelo qual o desenvolvimento se dá, por permitir a expansão e crescimento de outras liberdades (SEN, 2010).

Oportunidade social é um tipo de liberdade instrumental que está diretamente ligada à liberdade substancial, que é essencial à qualidade de vida do indivíduo como um todo, tanto na preservação física como intelectual e social. Um exemplo da oportunidade social seria uma pessoa que doente (preservação física) aprende pouco (intelectual) e se não tiver instrução intelectual será, por vezes, impedida de participar de debates sociais ligados à política e à economia (social) sendo incapaz de transformar o meio em que vive (*ibidem*).

A oportunidade social é uma liberdade instrumental que pode enfrentar a violência urbana por meio da educação básica (preservação intelectual) e educação técnica que aliada ao crescimento econômico geram novas oportunidades de emprego evitando o ingresso no crime (preservação física e social). Para tanto é necessária uma ação pública que melhore eficazmente a educação básica gerando novas oportunidades e sonhos nos indivíduos e um comprometimento com o crescimento econômico de longo prazo que seria a opção rentável que concorreria com a rentabilidade da vida do crime.

A liberdade instrumental oportunidade social difere de indivíduo para indivíduo, como qualquer outro tipo de liberdade, e difere também em relação ao local em que esses moram. Concomitantemente, as relações sociais são diferentes conforme o lugar que se frequenta. Um indivíduo que habite em locais mais desvalorizados cujas relações sociais são com pessoas mais pobres e com menos escolaridade que o primeiro. Esse indivíduo é jovem e frequenta uma escola cujo ensino está muito aquém do necessário para entrar na faculdade e em que as pessoas mais bem sucedidas são criminosas. Esse indivíduo tem menos oportunidade (liberdade) para levar o tipo de vida que valoriza porque primeiro, desconhece outra alternativa de vida pois têm poucas relações sociais fora desse lugar, ou segundo porque mesmo que conheça e deseje ter outro tipo de vida, ele não crê que irá conseguir transformar sua realidade. Esse, como se pode perceber, é um exemplo extremo de alguém que mora num lugar mais desvalorizado e com poucas oportunidades de ascensão social de modo lícito, entretanto não é um exemplo ilusório, é a realidade de muitos brasileiros. O que por outro lado não significa que em locais menos valorizados não existem pessoas bem sucedidas, com elevada escolaridade e que ascenderam socialmente, mas quanto mais desvalorizado é um local, mais vulnerável é o morador à educação e saúde ofertada e à violência urbana.



Expandir a liberdade dos indivíduos por meio da melhoria nos serviços públicos básicos, como a educação, são importantes na redução da violência urbana. A educação de qualidade vai permitir com que o jovem acredite que pode ter outra vida, que pode mudar sua realidade por meio da educação. Se houver seriedade na educação pública, o retorno será em curto e médio prazo porque a inserção na vida do crime acontece ainda na infância e na adolescência. Não obstante o esforço na educação ser primordial ele não é suficiente por si mesmo para expandir substancialmente a liberdade se não houver oportunidades de emprego que acomodem esses indivíduos. Sem emprego e lucratividade para novos empreendimentos haverá uma migração dos indivíduos mais capacitados e um desestímulo a estudar para aqueles que não migraram. Isso a educação e a renda são meios de alcançar mais liberdade, elas são liberdades instrumentais.

Sen (2010) considera que essas liberdades estejam interligadas e se fortalecem mutuamente, ajudando no processo de desenvolvimento. O autor busca avaliar o nível de desenvolvimento da sociedade conforme as liberdades substantivas que seus membros desfrutam. Poder desfrutar de liberdades substantivas proporciona o aumento da eficiência dos indivíduos. Ter mais liberdade aumenta o potencial das pessoas agirem e influenciarem em sua sociedade, isso as torna mais eficientes.

No entanto, nem sempre o controle sobre nossas vidas está em nossas mãos, as vezes uma política pública como evitar a fome pode nos dar mais liberdade, mas eu não escolho por que não tenho o controle dela. Estar livre da malária não é uma escolha que cabe a mim. Dessa forma a análise descritiva da violência precede a escolha de políticas públicas. Primeiro deve-se diagnosticar as privações, depois consultar os meios que temos para mitigá-la e então escolher uma política em conformidade com os meios que vise recrudescer as privações. Fazer desagregações por local de moradia, escolaridade, sexo e cor são importantes para analisar as diferentes privações enfrentadas pelos indivíduos a fim de encontrar políticas públicas que recepcionem suas necessidades e expandam suas liberdades. Tais desagregações ajudam consideravelmente caracterizar (in) capacidades que não somente as econômicas (SEN, 2012).

Conforme fora destacado, o crescimento econômico é essencial para o desenvolvimento das liberdades da sociedade, se esse crescimento for convertido em melhoria nos serviços públicos ofertados. Nesse sentido, a educação é uma importante liberdade instrumental para superar a violência urbana em sua forma última, o



homicídio. As maiores vítimas da violência são homens não-brancos e com escolaridade de quatro a sete anos e pertencentes aos Grupos 2 e 3, ressaltando que nos últimos quatro anos da série histórica a morte de negros e pardos têm aumentado.

O Grupo 3, o menos central, é também o mais sensível à escolaridade. Isso ratifica a educação como liberdade instrumental para superar a violência urbana. A escolaridade possibilita inserção dos indivíduos em outras atividades econômicas que sejam lícitas reduzindo o número de vítimas e homicidas em potencial. Nesse sentido são importantes as políticas de criminalização do preconceito racial e de cotas que juntamente buscam recrudescer a preconceito racial.

Minayo e Souza (1993, p.75) afirmam que, no âmago das causas dessa violência, estão um processo cíclico de descrença e afastamento “da população em relação às instituições sociais, que não realizam as funções às quais se destinam”, assim como a “ausência de políticas públicas integradas e condizentes com as necessidades da população”. Após quase três décadas da série histórica analisada (*ibidem*) percebe-se que tais causas elencadas pelas autoras permanecem atuais.

Segundo Batella e Diniz (2010) a criminalidade está fortemente ligada à metropolização. Os autores ainda afirmam que:

a grande concentração de pessoas em cidades é responsável pelos abismos delineados por desigualdades sociais que intensificam as frustrações humanas e enfraquecem os mecanismos de controle social informal (FELIX, 2002 apud BATELLA; DINIZ, 2010, p.161).

Recordando a máxima de que nem sempre o controle de nossas vidas está em nossas mãos, fazem-se essenciais para a redução da criminalidade a criação de oportunidades para moradores de áreas menos centrais, do sexo masculino e de cor negra e parda.

Sendo assim, políticas públicas e ações não governamentais voltadas para o fomento educacional e a melhoria do nível dos serviços públicos em regiões periféricas do Estado do Rio devem priorizar os perfis de maior sensibilidade em relação à violência evidenciados nesta pesquisa, a fim de se obter uma maior efetividade na redução da criminalidade.



6 – REFERÊNCIAS

- BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais. *Sociedade & Natureza*, p. 151-163, 2010.
- CERQUEIRA, D. R. C.; MELLO, J. M. P.; SOARES, R. R. *Causas e consequências do crime no Brasil*. 2010. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2010. Disponível em : <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0610522_10_Indice.html>. Acesso em : 18 jul. 2011.
- COORDENAÇÃO GERAL DE INFORMAÇÕES E ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA – CGIAE. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, *Consolidação da base de dados de 2011*. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/Consolida_Sim_2011.pdf> Acesso em: 16 jan. 2017.
- DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS. Informações de saúde. DATASUS. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violence for all. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, n. 1, p. 65-78, 1993.
- MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Editora Sagas, 1968.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2010.
- SEN, A. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- STORPER, M.; VENABLES, A.J. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C.C. & LEMOS, M. B. (org.). *Economia e território*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil*. 2011. Disponível em: <http://juventude.gov.br/jspui/bitstream/192/152/1/WASELFISZ_mapa_violencia_jovens_2011.pdf> . Acesso em: 12 dez. 2016.